

XXVIII SNPTEE – ESCOPO E TEMAS PREFERENCIAIS DOS GRUPOS DE ESTUDO

Grupo de Estudo: 11	Grupo de Estudo de Desempenho Ambiental de Sistemas Elétricos	GMA
--------------------------------------	--	------------

Escopo
Gestão de Ativos, Economia Circular e Meio Ambiente: ciclo de vida: do planejamento ao descomissionamento; Licenciamento ambiental e metodologias de avaliação de impacto ambiental; Gestão de riscos socioambientais; Ferramentas para a mensuração e avaliação do desempenho ambiental; Utilização de inteligência artificial na elaboração de estudos e na avaliação de impactos, no monitoramento e nas análises de desempenho socioambiental. Sustentabilidade: o papel do setor elétrico: Transição energética: biodiversidade, mudanças climáticas e comunidades - oportunidades e desafios; Financiamento Sustentável; Renováveis (abordagem global): cadeia de suprimentos e a expansão para novos territórios. Engajamento com partes interessadas e aceitação pública: Estratégias de engajamento (comunidades tradicionais, populações indígenas); inclusão da participação pública nos processos de tomada de decisão; novas metodologia e ferramentas para avaliação e mensuração de impacto nas comunidades e no território; avaliação de impactos de direitos humanos.
Temário
11.1. Experiências e boas práticas para a melhoria do processo de planejamento e da gestão socioambiental, desde a implantação até o descomissionamento dos empreendimentos de geração e de transmissão, destacando: 11.1.1. Desafios e boas práticas socioambientais para a expansão da transmissão: aspectos regulatórios vis a vis os requisitos do processo de licenciamento ambiental; avaliação da qualidade dos estudos prévios à licitação – relatórios R3 e o impacto nos custos socioambientais; desafios do licenciamento ambiental. 11.1.2. Desafios e boas práticas no planejamento, licenciamento, viabilização social e gestão ambiental de empreendimentos de geração hidráulica, térmica tradicional (carvão, óleos combustíveis e gás), eólica (onshore e offshore), solar (terrestre e flutuante) e biomassa. 11.2. Experiência das empresas do setor elétrico com relação a soluções baseadas na natureza; metodologias para avaliação e ações implantadas para obter Impacto Líquido Nulo e Positivo na biodiversidade; projetos de pagamento por serviços ambientais; avaliação de impactos, dependências, riscos e oportunidades de acordo com as diretrizes da Taskforce on Nature-related Financial Disclosure – TNFD. 11.3. Experiências relacionadas a populações indígenas e outras populações tradicionais, patrimônio histórico, cultural e arqueológico: estudos e programas voltados para evitar, reduzir ou compensar interferências causadas pelos empreendimentos do setor; interação com órgãos intervenientes no processo de licenciamento ambiental (Funai, Iphan, Palmares, e outros), experiências relacionadas à consulta, livre, prévia e informada. 11.4. Interação com a sociedade e comunicação socioambiental, due diligence e avaliação de impactos de direitos humanos, avaliação e mensuração de impactos de projetos socioambientais, mecanismos de compartilhamento de benefícios. 11.5. Medidas de adaptação às mudanças climáticas e as implicações para o setor elétrico: desafios para reportar o escopo 3 nos inventários de emissões; iniciativas para redução das emissões na cadeia de valor; adaptações às mudanças climáticas; metodologias para estimativas de emissões de GEE em reservatórios de UHEs; avaliação da vulnerabilidade dos empreendimentos do setor elétrico às mudanças climáticas, desafios e caminhos para uma transição energética justa. 11.6. Gestão da sustentabilidade empresarial e a economia circular na gestão de ativos: estratégias, inovação, mensuração, indicadores, comunicação. Gerenciamento de insumos (água, energia,

combustível, papel, etc) e de resíduos sólidos e perigosos. Due dilligence de fornecedores.

11.7. Questões socioambientais do setor elétrico: aspectos regulatórios e interação junto aos órgãos ambientais; acompanhamento e análise; custos socioambientais dos empreendimentos de G & T em operação frente às crescentes demandas da administração pública; análise da efetividade dos programas socioambientais; avaliação de impactos cumulativos e sinérgicos.